

13ª Edição - 2013

EXAME



C N A I



**Prova específica para atuação nas Instituições
Reguladas pela Superintendência de Seguros Privados
(SUSEP)**

NOME:

N.º DE INSCRIÇÃO:

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI) DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC) Edital CFC/CAE 1/2013

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

Este caderno contém as questões da Prova específica para atuação nas Instituições Reguladas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)

Use como rascunho as páginas finais no final deste caderno. As mesmas não poderão ser destacadas durante a realização da prova.

Ao receber a Folha de Respostas:

- Confira o seu número de inscrição.
 - Assine, à CANETA, no espaço próprio indicado (a assinatura não deve ultrapassar o espaço delimitado).
-

Observações quanto ao preenchimento da Folha de Respostas:

Use caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**.

Aplique traços firmes, sem forçar o papel, dentro da área reservada à letra correspondente à resposta que julgar correta, procurando unir o ponto lateral à direita, conforme exemplo ao lado.

	A	B	C	D
01	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Assinale **somente** uma alternativa em cada questão. Sua resposta não será computada se houver marcação de duas ou mais alternativas.

Não deixe nenhuma questão sem resposta.

As respostas das questões dissertativas deverão conter, no mínimo, 20 (vinte) linhas e as folhas de respostas não deverão conter nenhum tipo de identificação do candidato (assinatura, visto, etc.).

A Folha de Respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

Utilize como rascunho do gabarito a última folha do caderno, antes de transferir as informações nele contidas para a Folha de Respostas.

É de inteira responsabilidade do candidato qualquer prejuízo advindo de marcação incorreta efetuada na folha de respostas.

**SERÁ PERMITIDA A SAÍDA DO CANDIDATO DA SALA DE PROVA SOMENTE
APÓS 1 (UMA) HORA DO SEU INÍCIO.**

**FICA LIBERADA A ENTREGA DO CADERNO DE PROVAS AO CANDIDATO
QUANDO DE SUA SAÍDA.**

**DURAÇÃO DESTA PROVA:
QUATRO HORAS**

ATENÇÃO

Sr.(a) Candidato(a),

Antes de começar a fazer a prova, confira se este caderno tem, ao todo, 50 (cinquenta) questões objetivas, cada uma constituída de 4 (quatro) alternativas, e 2 (duas) questões dissertativas.

Havendo algum problema, informe, imediatamente, ao fiscal de provas, para que ele tome as providências necessárias.

Caso Vossa Senhoria não observe as recomendações acima, não lhe caberá qualquer reclamação ou recurso posterior.

O uso de máquina calculadora própria é permitido, sendo vedado o seu empréstimo.

QUESTÕES OBJETIVAS

1. Em relação à substituição periódica do auditor independente, é **CORRETO** afirmar que:
- a) as sociedades supervisionadas podem manter o responsável técnico, diretor, gerente, supervisor e qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria, após emitidos pareceres relativos a, no máximo, cinco exercícios sociais completos.
 - b) o retorno do responsável técnico, diretor, gerente, supervisor e qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria, pode ser efetuado após decorridos cinco anos, contados a partir da data base do último parecer emitido.
 - c) sempre que houver substituição do responsável técnico, diretor, gerente, supervisor e qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria, antes do prazo de cinco anos, o fato deverá ser comunicado à SUSEP, em até 15 (quinze) dias, por meio de exposição formalmente elaborada pela sociedade supervisionada, justificando as razões para tal mudança, dela constando a anuência do auditor independente substituído.
 - d) caso não haja concordância do responsável técnico, diretor, gerente, supervisor e qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria, com os motivos expostos pela sociedade supervisionada para sua substituição, este deverá encaminhar à SUSEP as justificativas de sua discordância, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data de sua ciência.
2. De acordo com a Resolução CNSP n.º 118/04, o auditor independente, o Comitê de Auditoria, quando existente, e o diretor responsável devem, individualmente ou em conjunto, comunicar formalmente à SUSEP, no prazo máximo de três dias úteis da identificação, a existência ou as evidências de erros ou fraudes. Aponte quais os itens abaixo que correspondem aos conceitos de erros e fraude estabelecidos na Resolução CNSP n.º 118/04.
- I - Inobservância de normas legais e regulamentares, que coloquem em risco a continuidade da sociedade supervisionada.
 - II - Fraudes de qualquer valor perpetradas pela administração da sociedade supervisionada.
 - III - Fraudes de qualquer valor perpetradas por funcionários da sociedade supervisionada ou terceiros.
 - IV - Erros que resultem em incorreções relevantes nas demonstrações contábeis da sociedade supervisionada.

Estão certos os itens:

- a) I, II e IV, apenas.
- b) II, III e IV, apenas.
- c) I, III e IV, apenas.
- d) I, II, III e IV.

3. Conforme estabelecido na Resolução CNSP n.º 241/11, a transferência de riscos em operações de resseguro por insuficiência de oferta de capacidade por seguradoras locais, admitidas ou eventuais, deverá obedecer a determinadas condições. Acerca desse assunto, assinale a opção INCORRETA.

- a) Considerar-se-á caracterizada a situação de insuficiência de oferta de capacidade quando, consultados todos os resseguradores locais, admitidos e eventuais, tenham esses, em seu conjunto, recusado total ou parcialmente o risco objeto de cessão.
- b) Havendo aceitação apenas parcial do risco por quaisquer dos resseguradores locais, admitidos ou eventuais, fica vedada a contratação da operação.
- c) A comprovação da situação de insuficiência de oferta de capacidade dos resseguradores locais, admitidos e eventuais, a que preços e condições forem, dar-se-á pela negativa para a cobertura do risco, obtida mediante consulta formal efetuada a todos os resseguradores locais, admitidos e eventuais que operem no ramo ao qual pertence o risco a ser cedido.
- d) Os auditores independentes da Seguradora deverão verificar o cumprimento do disposto na mencionada Resolução e indicar expressamente o resultado no relatório circunstanciado.

4. Relacione os tipos de instituições e dos planos de benefícios descritos na primeira coluna com as características da segunda coluna.

I. Entidade aberta de previdência complementar	() O benefício é estabelecido com base no capital acumulado ao final do período de contribuições.
II. Entidade fechada de previdência complementar	() O benefício é estabelecido quando da adesão ao plano.
III. Plano de benefício definido	() São acessíveis exclusivamente aos empregados ou servidores dos patrocinadores e aos associados ou membros dos instituidores.
IV. Plano de contribuição definida	() São constituídas sob a forma de sociedade anônima para instituir e operar planos de benefícios acessíveis a quaisquer pessoas físicas.

A sequência CORRETA é:

- a) IV, III, II, I.
- b) I, II, III, IV.
- c) II, IV, I, III.
- d) III, IV, I, II.

5. A Seguradora ABC S/A possui investimentos relevantes em sociedades controladas e, conforme requerido pela SUSEP, divulga demonstrações contábeis consolidadas elaboradas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board – (IASB), apenas anualmente. As demonstrações contábeis individuais semestrais e anuais seguem as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP. Embora a SUSEP tenha referendado a NBC TG 36, ela não requer a divulgação de demonstrações contábeis consolidadas semestrais. O relatório do auditor, caso não sejam apresentadas em conjunto com as demonstrações contábeis individuais intermediárias, as correspondentes demonstrações contábeis consolidadas deverão ser:

- a) com opinião com ressalva pelo descumprimento da NBC TG 36, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.240/2009.
- b) sem modificação.
- c) com opinião adversa pela não divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, considerando a distorção generalizada na divulgação de demonstrações financeiras.
- d) com abstenção de opinião em virtude da não divulgação das demonstrações consolidadas.

6. A quem cabe a prerrogativa para editar normas que disciplinam a aplicação dos recursos das reservas, das provisões e dos fundos das sociedades seguradoras?

- a) Ao Conselho Nacional de Seguros Privados – (CNSP).
- b) À Superintendência de Seguros Privados – (SUSEP).
- c) Ao Banco Central do Brasil – (BCB).
- d) Ao Conselho Monetário Nacional – (CMN).

7. A WWW é uma entidade de previdência complementar sem fins lucrativos que possui as seguintes provisões em 31 de dezembro de 2012:

- I - Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados, no valor de R\$10.000,00.**
- II - Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, no valor de R\$20.000,00.**

III - Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, no valor de R\$15.200,00.

IV- Provisão Complementar de Cobertura no valor de R\$4.800,00.

Considerando que o superávit do exercício de 2012 foi de R\$80.000,00, qual o limite máximo de constituição da Reserva de Contingência de Benefícios?

- a) R\$12.500,00.
- b) R\$25.000,00.
- c) R\$40.000,00.
- d) R\$35.625,00.

8. A Seguradora XYZ S/A pagou antecipadamente, em setembro de 2012, juros sobre o capital próprio no montante de R\$1.000.000,00 relativos ao exercício de 2012. A Seguradora XYZ S/A é uma controlada da Seguradora WC S/A. De acordo com as práticas contábeis definidas pela SUSEP. Assinale a opção INCORRETA.

- a) Na Seguradora XYZ S/A. os juros pagos devem ser debitados no grupo de outras despesas financeiras.
- b) A Seguradora WC S/A. deve contabilizar os juros recebidos a crédito do grupo de outras receitas financeiras, reclassificando-os para lucros acumulados para fins de elaboração das demonstrações contábeis do exercício de 2012.
- c) Para efeito da elaboração da demonstração do resultado da Seguradora XYZ S/A correspondente ao mês de setembro, o montante dos juros pagos deve ser reclassificado para lucros acumulados no patrimônio líquido, eliminando o efeito no resultado.
- d) A Seguradora WC S/A deve reclassificar os juros contabilizados em receitas para a respectiva conta de investimento em controlada para fins de elaboração das demonstrações contábeis do exercício de 2012.

9. A Seguradora QPD S/A adquiriu da Seguradora ALA S/A, em 30 de setembro de 2012, uma carteira de seguros pelo montante de R\$5.000.000,00. Na Seguradora ALA S/A. o contas a receber montava em R\$10.000.000,00 e a Provisão de Prêmios Não Ganhos – (PPNG) era de R\$3.000.000,00. Nos termos do contrato firmado, a Seguradora ALA S/A comprometeu-se a cobrar os prêmios a receber e a repassar os valores recebidos para a Seguradora QPD S/A. Qual foi o resultado da operação e como deve ser apropriado na Seguradora ALA S/A?

- a) Lucro de R\$7.000.000,00 que será apropriado na data da operação.
- b) Prejuízo de R\$2.000.000,00 que será apropriado na data da operação.
- c) Lucro de R\$2.000.000,00 a ser apropriado ao longo do prazo médio de vigência das apólices cedidas.

d) Prejuízo de R\$5.000.000,00 a ser apropriado ao longo do prazo médio de vigência das apólices cedidas.

10. Qual das informações abaixo a SUSEP requer que sejam divulgadas em relação às operações de transferências de carteiras pelas sociedades supervisionadas?

- a) Quantidade de apólices transferidas.
- b) Impactos nos negócios da sociedade.
- c) Importância segurada das apólices transferidas.
- d) Saldo da provisão de sinistros a liquidar.

11. De acordo com a NBCTG 25, uma provisão deve ser reconhecida quando, e apenas quando: (a) uma entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado; (b) é provável (ou seja, mais provável que sim do que não) que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Considerando essa norma, como deve ser mensurada a Provisão para Sinistros a Liquidar em discussão judicial?

- a) Pela melhor estimativa do valor total a pagar para as ações cujo resultado desfavorável seja considerado provável.
- b) Pela diferença entre o valor estimado para liquidar a obrigação e o montante do depósito judicial.
- c) Pela parte da obrigação que se espera que as outras partes liquidem quando a entidade for conjunta e solidariamente responsável pela provável obrigação.
- d) Pelo valor reclamado quando o resultado desfavorável seja considerado possível.

12. A Seguradora KLM S/A apurou o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 no valor de R\$100.000,00. Considerando a inexistência de prejuízos contábeis acumulados, após a constituição da reserva legal, foram destinados os dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado e um complemento de dividendos adicionais no montante de R\$30.000,00. Considerando que o Patrimônio Líquido Inicial é de R\$2.000.000,00 e que não houve outras variações no exercício, além do referido lucro líquido do exercício, qual das opções abaixo corresponde ao saldo final do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2012?

- a) R\$2.075.000,00.
- b) R\$2.076.250,00.
- c) R\$2.046.250,00.
- d) R\$2.045.000,00.

13. As sociedades supervisionadas pela SUSEP deverão divulgar no relatório da administração, dentre outras, algumas informações, sem prejuízo de outras que a administração julgar relevante. Em relação a esse assunto, assinale a opção que apresenta essas informações.

- a) Políticas de reinvestimento de lucros e política de distribuição de dividendos, além de acordos de acionistas e os principais fatos internos e externos que tiveram influência no desempenho da entidade e/ou no resultado do exercício.
- b) Critério para o reconhecimento das principais receitas e despesas.
- c) Contexto operacional, incluindo (ramos de atuação; região da federação em que opera, etc.).
- d) Discriminação dos resseguradores no mínimo por classe (local, admitido e eventual) e por categoria de risco, sendo que para os resseguradores locais deve-se considerar a categoria de risco da operação, exclusivamente, no país.

14. A Seguradora ABC S/A possui prêmios a receber no montante de R\$100.000,00 junto ao segurado XYZ correspondentes às apólices 500 e 501. A primeira, no montante de R\$80.000,00, não foi paga nem cancelada e teve a sua vigência expirada em 30.9.2012. A segunda, no montante de R\$20.000,00, cujo prêmio vence em 31.1.2013, tem vigência de 12 meses que se expira em 30.6.2013. Considerando as normas atuais, qual será o impacto, no resultado do exercício de 2012, decorrente da redução do valor destes ativos à estimativa do seu valor provável de recuperação?

- a) R\$100.000,00.
- b) R\$20.000,00.
- c) R\$80.000,00.
- d) R\$90.000,00.

15. A Seguradora ABC S/A apurou prejuízos fiscais de imposto de renda nos exercícios de 2010 e 2011 e contabilizou os correspondentes créditos tributários. Em 2012, a Seguradora ABC S/A voltou a apurar prejuízo fiscal do imposto de renda. A Administração elaborou estudo técnico que demonstra que esses créditos tributários poderão ser recuperados no prazo de 12 anos. Como a Seguradora ABC S/A deve proceder na elaboração das suas demonstrações contábeis de 2012?

- a) Não deve registrar o crédito tributário correspondente ao exercício de 2012, mas pode manter os saldos anteriores.
- b) Deve registrar o crédito tributário correspondente ao exercício de 2012 e manter os créditos tributários anteriormente registrados, considerando que o estudo técnico indica que eles serão totalmente recuperados.
- c) Deve registrar o crédito tributário correspondente ao exercício de 2012, mas, simultaneamente, constituir provisão para perda pela totalidade dos créditos tributários.

- d) Deve constituir o crédito tributário de 2012 até o limite do valor considerado recuperável no prazo de 10 anos com base no estudo técnico elaborado.

16. A Seguradora ABC S/A contraiu empréstimos cujos recursos foram aplicados na aquisição de equipamentos de informática. Em 31 de dezembro de 2012, estes equipamentos ainda não haviam entrado em operação e nenhuma amortização do principal e dos juros havia sido feita. Os juros sobre estes empréstimos foram adicionados ao custo destes equipamentos de acordo com o previsto na NBC TG 20 e no Art. 22 da Seção XVIII do Anexo IV da Circular SUSEP 464/13. Em qual grupo os referidos juros devem ser classificados na demonstração dos fluxos de caixa do exercício de 2012?

- a) Na atividade de financiamentos.
b) Na atividade de investimentos.
c) Nas atividades operacionais.
d) Nenhum deles.

17. A Seguradora PPZ S/A é uma entidade que não possui base de dados suficientes para utilização de metodologia própria para fins de cálculo da provisão para sinistros ou eventos ocorridos e não avisados (IBNR). Em relação aos critérios que podem ser adotados na constituição da referida provisão, de acordo com a Circular SUSEP 448, de 4 de setembro de 2012, assinale a opção CORRETA.

- a) Para fins de constituição da provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) para as sociedades seguradoras, deverá ser utilizado, como base de cálculo, o valor que resultar maior entre os percentuais definidos no Anexo I-A da Circular Susep N.º 448, aplicados sobre o somatório dos prêmios-base ou sinistros-base, no período de 12 (doze) meses, considerando o mês de constituição e os 11 (onze) meses anteriores.
- b) Consideram-se prêmios-base os prêmios diretos de riscos vigentes e emitidos e os prêmios de cosseguros cedidos, subtraídos dos prêmios de cosseguros aceitos e somados as parcelas dos prêmios cancelados ou restituídos, bem como os prêmios líquidos de resseguro.
- c) A sociedade seguradora que, na data-base de constituição da provisão, tiver menos do que 12 (doze) meses de operação em determinado ramo de seguro deverá estimar o período completo de doze meses com base na média do somatório dos prêmios e sinistros base desde o início de suas operações neste ramo.
- d) Consideram-se sinistros-base os sinistros diretos e os sinistros de cosseguros cedidos, somados aos sinistros de cosseguros cedidos, considerando as devidas reavaliações, reaberturas e cancelamentos.

18. As sociedades seguradoras, resseguradores e corretores de seguros devem desenvolver e implementar, na forma da lei e da regulamentação vigentes, procedimentos de controles internos, efetivos e consistentes com a natureza, complexidade e riscos das operações realizadas, que contemplem a identificação, avaliação, controle e monitoramento dos riscos de serem envolvidos em situações relacionadas à lavagem de dinheiro, bem como para prevenir e coibir o financiamento ao terrorismo, com relação aos produtos comercializados, negociações privadas, operações de compra e venda de ativos e demais práticas operacionais. Entre os itens abaixo, aponte as informações cujos procedimentos de controle devem contemplar, no mínimo:

- I – Estabelecimento de uma política de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo que inclua diretrizes sobre avaliação de riscos na subscrição de operações, na contratação de terceiros ou outras partes relacionadas, no desenvolvimento de produtos, nas negociações privadas e nas operações com ativos.**
- II – Elaboração de critérios e implementação de procedimentos de identificação de clientes, beneficiários, terceiros e outras partes relacionadas, e de manutenção de registros referentes a produtos e procedimentos expostos ao risco de servirem à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo.**
- III – Manualização e implementação dos procedimentos de identificação, monitoramento, análise de risco e comunicação de operações que possam constituir-se em indícios de lavagem de dinheiro ou de financiamento ao terrorismo, ou com eles relacionar-se.**
- IV – Elaboração e execução de programa anual de auditoria interna que verifique o cumprimento dos procedimentos da Circular Susep n.º 445 de 2/7/2012, em todos os seus aspectos, sendo tal verificação, a critério da sociedade, do ressegurador ou do corretor, ser conduzida exclusivamente pelo seu departamento de auditoria interna.**
- V - Com relação aos corretores de seguros aplicam-se obrigatoriamente as mesmas disposições das sociedades e resseguradores, somente quando seu faturamento anual, no exercício precedente, ultrapassar R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais).**

Estão certos os itens

- a) I, II e III, apenas.
- b) I, II, III e V, apenas.
- c) I, II, III e IV, apenas.
- d) I, II, III, IV e V.

19. Qual o fato gerador da receita para os produtos de acumulação financeira?

- a) A vigência do risco.
- b) A emissão da apólice.

- c) O recebimento da contribuição.
- d) A assinatura da proposta, entregue na sede ou dependências da seguradora.

20. As demonstrações contábeis anuais das sociedades seguradoras devem ser publicadas:

- a) até o dia 28 de fevereiro de cada ano.
- b) até o ultimo dia útil do mês de fevereiro do ano seguinte ao exercício a que se referem as demonstrações contábeis.
- c) em até 5 dias úteis antes das data da assembleia geral ordinária dos acionistas, que deliberará sobre as demonstrações contábeis;
- d) em até 5 dias úteis contados da data de seu encaminhamento a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

21. Qual informação deve ser obrigatoriamente divulgada no Relatório da Administração, ao acompanhar as demonstrações contábeis?

- a) Distribuição das receitas de prêmios e despesas de sinistro por região geográfica.
- b) Alterações de controle acionário direto ou indireto.
- c) Distribuição das receitas de prêmios e despesas de sinistro por ramo de seguro.
- d) Declaração sobre a capacidade financeira para recuperação dos créditos tributários, caso existam.

22. Nos casos de cosseguro:

- a) é permitida a emissão de uma só apólice, cujas condições valerão integralmente para todas as cosseguradoras.
- b) deve constar da apólice apenas o nome da seguradora-líder.
- c) a apólice deve ser assinada pelos representantes legais da seguradora-líder que, ao fazê-lo, assumem a responsabilidade em nome de todas as cosseguradoras.
- d) é permitida a emissão de uma só proposta, mas cada cosseguradora deve emitir uma apólice em que conste a seguradora-líder como beneficiária.

23. A Resolução CNSP n.º 107/2004 dispõe sobre a estipulação de seguros. Assinale a opção que NÃO está de acordo com as normas estabelecidas pela mencionada Resolução.

- a) É vedado à pessoa física atuar como estipulante.
- b) O estipulante fica investido dos poderes de representação dos segurados perante as sociedades seguradoras.
- c) O estipulante contrata apólice coletiva de seguros.
- d) É permitido ao corretor de seguros atuar como subestipulante mas não como estipulante.

24. Nos termos da NBC TG 11, quando uma seguradora altera suas políticas contábeis para passivos por contratos de seguro ela:

- a) deve reclassificar todos os seus ativos financeiros para a categoria “valor justo por meio do resultado”.
- b) pode reclassificar alguns ou todos os seus ativos financeiros para a categoria “valor justo por meio do resultado”.
- c) não pode reclassificar seus ativos financeiros, pois estaria sujeita a penalizações.
- d) deve reclassificar todos os seus ativos financeiros para a categoria “disponível para venda” para eliminar descasamentos na mensuração de ativos e passivos.

25. A Seguradora OPS! S/A tem autorização para operar em todos os ramos de seguro em todo o território nacional, mas suas operações atuais compreendem, substancialmente, seguros de automóveis, seguros de vida e acidentes pessoais. Em seu plano de negócios para o próximo ano, a administração da Seguradora OPS! S/A deliberou tomar providências no sentido de passar a operar, também, com a instituição de planos de previdência privada, mas discute se, para isso, será necessário constituir uma outra entidade jurídica. Em relação a isso, assinale a opção CORRETA.

- a) Será necessário constituir uma entidade de previdência privada.
- b) Não é necessário constituir uma entidade separada, já que a Seguradora já está autorizada a operar em todos os ramos de seguro.
- c) Não é necessário constituir uma entidade separada já que a Seguradora já opera com seguros de vida, podendo, portanto, instituir e operar planos de benefícios de caráter previdenciário.
- d) Será necessário constituir uma entidade fechada de previdência complementar já que a instituição e operação de planos de benefícios de caráter previdenciário é exclusiva dos chamados “fundos de pensão”.

26. A Seguradora Infimus S/A é uma seguradora constituída em 1998 autorizada a operar exclusivamente com seguros de danos. Atualmente, a administração planeja adaptar alguns de seus produtos para comercialização como “microseguros”. Para concretizar esse plano, é CORRETO afirmar que a seguradora:

- a) deverá obter prévia e expressa aprovação da SUSEP para constituir uma “microseguradora”.
- b) poderá comercializar qualquer tipo de microsseguro, sem necessidade de prévia autorização da SUSEP e em qualquer ramo de seguro de danos ou pessoas, uma vez que o que diferencia e caracteriza o microsseguro é apenas o valor do prêmio de seguro.
- c) poderá comercializar seus novos produtos sem necessidade de constituição de outra seguradora, desde que obtenha autorização específica da SUSEP e, exclusivamente, para operar com microsseguros de danos.
- d) não poderá comercializar seu novo produto porque, na primeira fase da regulamentação, são caracterizados como “microseguro” apenas os seguros de pessoas.

27. Acerca do conceito de operações de microsseguro, assinale a opção INCORRETA.

- a) Microsseguro é a proteção securitária destinada à população de baixa renda.
- b) Microsseguro é a proteção securitária destinada a microempreendedores individuais.
- c) Os planos de microsseguro devem apresentar definição objetiva do seu público-alvo.
- d) Em operações de microsseguros, é vedada a emissão de apólices ou certificados individuais, ainda que simplificados.

28. As sociedades que operem exclusivamente em microsseguro deverão apresentar um capital-base correspondente a:

- a) 20% do valor do capital base definido na legislação vigente.
- b) 10% do valor do patrimônio líquido ajustado definido pela legislação vigente.
- c) 20% do valor dos prêmios anuais emitidos no período de 12 meses anteriores a sua apuração.
- d) O valor que resultar menor dentre as alternativas anteriores.

29. Poderão ser contratados em moeda estrangeira, no País:

- a) exclusivamente operações de resseguro envolvendo resseguradoras eventuais com sede no exterior.
- b) exclusivamente operações de seguro e resseguro em que o beneficiário do seguro seja residente fora do País.
- c) exclusivamente operações de seguro e resseguro em que o bem segurado esteja localizado fora do País.
- d) o seguro, o resseguro e a retrocessão, observadas a legislação que rege operações desta natureza, as regras fixadas pelo CMN e as regras fixadas pelo órgão regulador de seguros.

30. Assinale a alternativa INCORRETA. A contratação de seguros no exterior por pessoas naturais residentes no País é:

- a) permitida para seguros que sejam objeto de acordos internacionais referendados pelo Congresso Nacional.
- b) permitida para a cobertura de riscos para os quais não exista oferta de seguro no País.
- c) Vedada em qualquer hipótese.
- d) permitida para a cobertura de riscos no exterior para o qual a vigência do seguro contratado se restrinja, exclusivamente, ao período em que o segurado se encontrar no exterior.

31. Tem privilégio especial sobre reservas técnicas, fundos especiais ou provisões garantidoras das operações de seguro, de resseguro e de retrocessão os:

- a) segurados e beneficiários que sejam credores por indenização e, após o seu pagamento, as resseguradoras e, posteriormente, as sociedades seguradoras.
- b) segurados e beneficiários que sejam credores por indenização e prêmios não incorridos, e, após o seu pagamento os passivos trabalhistas, e posteriormente, as sociedades seguradoras e resseguradoras em igualdade de condições.
- c) segurados e beneficiários que sejam credores por indenização ajustada ou por ajustar e, após o seu pagamento, as sociedades seguradoras e, posteriormente os resseguradores.
- d) passivos fiscais e trabalhistas e, após o seu pagamento, os segurados e beneficiários que sejam credores por indenização ajustada ou por ajustar.

32. O Banco Central vem implementando uma política de redução da taxa de juros básica da economia. Essa política, entre outros impactos, implicou modificações nas regras de remuneração das cadernetas de poupança. Em dezembro de 2012, a SUSEP editou a Circular n.º 459 visando ajustar as regras aplicáveis aos títulos de capitalização em função da mudança nas regras de remuneração das cadernetas de poupança.

Com base nas novas normas, é CORRETO dizer, em relação aos títulos já comercializados na data da publicação da Circular, que:

- a) a taxa de juros utilizada na Tabela de Resgate dos títulos de capitalização deverá ser sempre igual à taxa de juros que remunera as cadernetas de poupança, fazendo-se as alterações necessárias na Nota Técnica e nas Condições Gerais sempre que houver alteração na taxa de juros que remunera as cadernetas de poupança.
- b) a taxa de juros utilizada na Tabela de Resgate dos títulos de capitalização deverá ser modificada sempre que houver alteração na taxa de juros da caderneta de poupança que a torne inferior à taxa de juros utilizada na Tabela de Resgate.

- c) se houver alteração na taxa de juros aplicada às cadernetas de poupança que a torne menor que a taxa de juros utilizada na Tabela de Resgate dos títulos de capitalização, a Sociedade pode manter a taxa utilizada na Tabela de Resgate, nos critérios matemáticos de constituição das provisões técnicas do Plano, mas, nesse caso, deverá constituir provisão em “Outras Provisões” para cobertura dos montantes necessários para o cumprimento das obrigações assumidas no título.
- d) em caso de aumento da taxa de juros aplicada à Caderneta de Poupança, não será admitida qualquer alteração nas cláusulas que estabelecem as taxas dos títulos.

33. O CNSP estabeleceu um modelo de requerimento de capital cujo princípio básico é o de estabelecer valores cujo objetivo é a cobertura de certos fatores de risco que ameaçam ou podem causar perdas as sociedades que compõem o Sistema Nacional de Seguros Privados. A Resolução CNSP n.º 227/2010 identifica esses fatores de risco. Relacione os fatores de risco indicados na primeira coluna com a definição descrita na segunda coluna que melhor descreva aquele fator de risco.

FATOR DE RISCO	NATUREZA DO RISCO
I. Risco de crédito	() Risco relacionado a falta de um completo embasamento legal das operações; é associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.
II. Risco de mercado	() É oriundo de uma situação econômica adversa que contraria tanto as expectativas da sociedade no momento da elaboração de sua política de subscrição quanto às incertezas existentes na estimação das provisões.
III. Risco legal	() Incerteza, relacionada aos retornos esperados de seus ativos e passivos, em decorrência de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, índices de inflação, preços de imóveis e cotações de ações.
IV. Risco de subscrição	() Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.
V. Risco operacional	() Incerteza relacionada à probabilidade da contraparte de uma operação, ou de um emissor de dívida, não honrar, total ou parcialmente, seus compromissos financeiros.

A sequência CORRETA é:

- a) I, II, III, IV, V.
- b) III, I, IV, V, II.
- c) III, IV, V, II, I.
- d) III, IV, II, V, I.

34. Os auditores da seguradora Policies & Claims (P&C) Brazil S.A. identificaram que a Provisão de Premios não Ganhos cujo saldo em 31 de dezembro era de \$49 milhões, foi calculada erroneamente. O saldo correto deveria ser de \$61 milhões. O lucro do exercício, antes de impostos e participações, é de \$90 milhões e o patrimônio líquido no encerramento, já considerados os efeitos do lucro líquido do exercício é de \$150 milhões. O sócio e o gerente responsáveis pelo trabalho estão avaliando os impactos e se alguma modificação deveria ser feita no relatório de auditoria em função desse assunto. Acerca desse assunto, assinale a opção que apresenta o tipo de opinião que deve constar no relatório de auditoria.

- a) Opinião sem modificação.
- b) Opinião com ressalva.
- c) Opinião sem modificação, mas com um parágrafo de ênfase, informando que a provisão foi calculada erroneamente, mas corrigida no período seguinte antes da emissão da opinião.
- d) Opinião adversa.

35. O auditor da Seguradora XYZ S/A não teve acesso aos papéis de trabalho e ao relatório final do auditor da Seguradora ZZV S/A, que é uma controlada da Seguradora XYZ S/A. Nessa circunstância, assinale a opção que apresenta o tipo de ação que NÃO pode ser adotado pelo auditor para fins de emissão do seu relatório sobre as demonstrações contábeis consolidadas da Seguradora XYZ S/A.

- a) Emitir relatório sem modificação (ressalva), se considerar que os potenciais ajustes que poderiam existir nas demonstrações contábeis da controlada, Seguradora ZZV S/A, não afetariam de forma significativa as demonstrações contábeis consolidadas da Seguradora XYZ S/A.
- b) Emitir relatório com modificação, incluindo ressalva devido a limitação do escopo de seu trabalho, se considerar que os potenciais ajustes que poderiam afetar as demonstrações contábeis da controlada, Seguradora ZZV S/A, poderiam afetar de forma significativa, mas não generalizada, as demonstrações contábeis consolidadas da Seguradora XYZ S/A.
- c) Emitir relatório com abstenção de opinião, se considerar que à limitação do escopo de seu trabalho o impediu de avaliar de forma segura qual poderia ser o montante dos potenciais ajustes nas demonstrações contábeis da controlada, Seguradora ZZV S/A, que poderiam afetar as demonstrações contábeis consolidadas da Seguradora XYZ S/A.

- d) Emitir relatório adverso, devido a limitação do escopo de seu trabalho, se considerar que poderiam ser materiais os potenciais ajustes, se algum, que poderiam afetar as demonstrações contábeis consolidadas da controlada, Seguradora ZZV S/A, caso ele tivesse tido acesso aos papéis de trabalho e ao relatório do auditor.

36. Considere que o auditor antecessor emitiu relatório com opinião modificada sobre as demonstrações contábeis do período anterior e o assunto não foi resolvido no período corrente. Assinale a alternativa CORRETA.

- a) O auditor atual deverá emitir relatório com opinião modificada sobre as demonstrações contábeis do período corrente.
- b) Se o efeito do assunto que gerou a modificação no período anterior não for relevante para o período corrente, não caberá qualquer modificação na opinião do auditor sobre as demonstrações contábeis atuais.
- c) Por provocarem efeitos relevantes nas demonstrações contábeis do período corrente, o assunto que foi objeto da modificação no relatório do auditor sobre as demonstrações contábeis do período anterior deve ser mencionado e em parágrafo de “ênfase” no relatório do auditor atual.
- d) O relatório do auditor deve conter parágrafo de “ênfase” mencionando a modificação efetuada pelo auditor antecessor em sua opinião.

37. Diante de cada um dos cenários identificados abaixo, tendo em vista as orientações da NBC TA 570 indique qual a alternativa que descreve a ação INCORRETA por parte do auditor independente na emissão de seu relatório:

- I. A administração informou em nota explicativa que um “plano de recuperação de solvência” foi elaborado e envolve o aporte de recursos de novos investidores e o auditor obteve evidências de que existem negociações em curso para implementação dessa alternativa. A empresa está divulgando informações completas sobre o assunto.
- II. A administração apresentou ao auditor um “plano de recuperação de solvência” que depende de ações difíceis de serem implementadas com sucesso considerando as atuais circunstâncias de mercado. A administração, considerando as dificuldades que enfrentará para implementação das ações planejadas, não pretende divulgar qualquer informação sobre o assunto.
- III. A administração ainda não elaborou um “plano para a recuperação da solvência” e o auditor não conseguiu obter evidência de auditoria suficiente para concluir que estão sendo desenvolvidas ações voltadas à recuperação da Seguradora.
- a) Na situação do item I, o auditor deveria emitir relatório sem modificação e incluir um parágrafo de ênfase, chamando atenção sobre a incerteza significativa quanto a capacidade de continuidade operacional da Seguradora, bem como fazendo referência à nota explicativa que descreve as ações constantes do plano de recuperação de solvência.

- b) Na situação do item II, o auditor deveria emitir relatório com opinião sem modificação e com um parágrafo de “ênfase” quanto à falta de divulgação adequada sobre os problemas enfrentados pela Seguradora
- c) Na situação do item II, o auditor, deveria emitir um relatório com uma modificação de opinião declarando que há uma incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da entidade.
- d) Na situação do item III, o auditor deveria emitir um relatório com abstenção de opinião;

38. A SUSEP requer que uma sociedade por ela supervisionada divulgue em notas explicativa às suas demonstrações financeiras. Assinale a opção CORRETA.

- a) Informações sobre a adequação de seu capital na data a que se refiram as demonstrações financeiras.
- b) O custo médio ponderado das aquisições, para manutenção em tesouraria, de ações de emissão da própria sociedade supervisionada.
- c) Composição acionária, até o ultimo nível de controle.
- d) Todas as anteriores.

39. Assinale a opção CORRETA.

- a) No resseguro proporcional, a companhia cedente compartilha com o ressegurador os sinistros ocorridos no período de vigência das apólices (as quais são identificadas no contrato de resseguro pelo seu número e data de emissão). O prêmio de resseguro não guarda qualquer relação com os prêmios cobrados pela companhia cedente, sendo livremente pactuado pela cedente com o ressegurador ou corretor de resseguro.
- b) No resseguro não proporcional, a companhia cedente e o ressegurador estipulam a forma como compartilharão os sinistros, sem nenhuma relação com o compartilhamento dos prêmios originais.
- c) O resseguro não proporcional é facultativo, mas o resseguro proporcional é obrigatório para todas as apólices com importância segurada superior a R\$10.000.000,00 (valor vigente para os exercícios de 2011 e 2012) ou que represente 1% ou mais do seu patrimônio líquido ajustado, entre eles o menor.
- d) Todas as opções estão corretas.

40. Aponte a opção que descreve o que é um contrato de resseguro facultativo.

- a) Operação de resseguro, por meio da qual a cedente acorda com o ressegurador ou resseguradores a cessão de uma carteira de riscos previamente definidos entre as partes, compreendendo mais de uma apólice subscrita ao longo de um período predeterminado em contrato.

- b) Operação de resseguro, por meio da qual o ressegurador ou resseguradores dão cobertura a riscos referentes a uma única apólice ou plano de benefícios ou grupo de apólices ou planos de benefícios já definidos quando da contratação entre as partes.
- c) Operação de resseguro, por meio da qual o ressegurador ou resseguradores dão cobertura a riscos referentes a um grupo de apólices, não sendo relevante se eles foram subscritos ao longo de um período predeterminado em contrato ou já definidos quando da contratação entre as partes.
- d) Operação de resseguro, também conhecida como “resseguro por tratado”, envolvendo uma carteira de negócios a ser contratados no futuro e em que o ressegurador se obriga a aceitar os riscos, caracterizando um espécie de sociedade entre a cedente e o ressegurador.

41. A Resolução CNSP N.º 168/2007 define contrato de resseguro como sendo:

- a) operação de transferência de riscos de resseguro de resseguradores para resseguradores ou para sociedades seguradoras locais, por meio de contratos automáticos ou facultativos.
- b) operação de transferência de riscos de uma seguradora para uma outra seguradora, ou para uma resseguradora com vistas a sua própria proteção.
- c) operação de transferência de riscos de uma cedente, com vistas a sua própria proteção, para um ou mais resseguradores, por meio de contratos automáticos ou facultativos.
- d) operação de transferência de riscos de uma seguradora para resseguradores, com vistas a sua própria proteção ou para liberação de capital, por meio de contratos automáticos.

42. Qual das alternativas abaixo NÃO corresponde a disposições da Resolução CNSP 168/2007, que trata da atividade de resseguro e retrocessão:

- a) a sociedade seguradora ou o ressegurador local não poderá transferir, para empresas ligadas ou pertencentes ao mesmo conglomerado financeiro sediadas no exterior, mais de 20% do prêmio correspondente a cada cobertura contratada.
- b) a sociedade seguradora contratará com resseguradores locais pelo menos 40% de cada cessão de resseguro em contratos automáticos ou facultativos.
- c) as sociedades seguradoras e os resseguradores locais não poderão ceder, respectivamente, em resseguro e retrocessão, mais de 50% dos riscos assumidos.
- d) as operações de resseguro relativas a seguro de vida por sobrevivência e previdência complementar são exclusivas de resseguradores locais.

43. De acordo com a Resolução CNSP n.º 168/2007 a formalização contratual das operações de resseguro deverá se dar:

- a) em até 5 dias antes da vigência da cobertura.

- b) em até 30 dias úteis antes da vigência da cobertura.
- c) em até 20 dias do início da vigência da cobertura.
- d) em até 270 dias do início da vigência da cobertura.

44. De acordo com a Resolução CNSP n.º 168/2007, certas informações devem, obrigatoriamente, constar dos contratos de resseguro. Das alternativas abaixo, qual descreve informações que não estão dentre as obrigatórias:

- a) data da proposta.
- b) local que será usado como referência para a definição de hora de início e término do contrato.
- c) legislação e jurisdição a que se submeterão eventuais disputas, podendo ser: a jurisdição brasileira ou a da sede da resseguradora ou da cedente, quando uma delas situar-se fora do território nacional.
- d) data do aceite.

45. Assinale a alternativa CORRETA. De acordo com a Resolução CNSP n.º 168/2007, às corretoras de resseguro:

- a) É proibido receber os prêmios de resseguro.
- b) Em quaisquer circunstâncias, é permitido receber os prêmios de resseguro.
- c) É permitido receber os prêmios de resseguro, desde que expressamente previsto em cláusula contratual de intermediação.
- d) É permitido receber os prêmios de resseguro, desde que previsto em contrato, mas o pagamento do prêmio à corretora não libera a cedente da responsabilidade pelo pagamento devido ao ressegurador.

46. Assinale a alternativa que, nos termos da Resolução CNSP n.º 168/2007, descreve a condição que comprova que uma cobertura de resseguro foi contratada.

- a) O contrato assinado pela cedente e pelo(s) ressegurador(es), firmado no prazo estabelecido pela legislação.
- b) O aceite do(s) ressegurador(es) na proposta de resseguro.
- c) A confirmação, por escrito, da corretora de resseguro de que contratou a cobertura do(s) ressegurador(es) em nome da cedente.
- d) Evidências de que o pagamento do prêmio de resseguro foi efetuado pela cedente ao(s) ressegurador(es).

47. Assinale a alternativa CORRETA. De acordo com a Resolução CNSP n.º 168/2007, os contratos de resseguro:

- a) poderão prever cláusula de controle de sinistro a favor do ressegurador local, quando este detiver maior cota de participação proporcional no risco.
- b) deverão prever cláusula de controle de sinistro a favor do ressegurador local, quando este detiver maior cota de participação proporcional no risco.
- c) não poderão prever cláusula de controle de sinistro a favor do ressegurador, em qualquer hipótese;
- d) poderão prever cláusula de controle de sinistro a favor do ressegurador local, independentemente de sua cota de participação proporcional no risco.

48. A ForeverYoung Entidade Aberta de Previdência Privada S.A. é uma controladora da Seguradora ZLC S.A. e encaminha à SUSEP demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com os pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais, emitidos pelo CPC e referendados pela SUSEP, conforme determina a Circular SUSEP 430. O pronunciamento CPC 05 trata de divulgações sobre partes relacionadas. Para obedecer aos requerimentos do CPC 05, a ForeverYoung deve divulgar, entre outras informações:

- a) o nome da controladora direta e, se for diferente, o nome da controladora final. Se nem a controladora final tampouco a controladora final elaborarem demonstrações contábeis consolidadas disponíveis para o público, deve ser divulgado o nome da controladora do nível seguinte da estrutura societária que produza essas demonstrações.
- b) o relacionamento entre partes relacionadas quando existir controle desde que tenha havido transações entre elas.
- c) declaração de que as transações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes.
- d) Todas as opções estão corretas.

49. A Seguradora Happy4ever S/A é uma seguradora autorizada a operar, exclusivamente, com seguros de vida. Em seu plano de negócios para o próximo período de 2 anos, sua administração estabeleceu como meta passar, também, a instituir e a operar com planos de previdência privada, mas discute, neste momento, se será necessário constituir uma entidade jurídica separada. Em relação a isso, assinale a opção CORRETA.

- a) Será necessário constituir uma entidade separada, na forma de sociedade anônima, já que, nos termos da Lei Complementar 109/2001, a instituição e a operação de planos de benefícios de caráter previdenciário é atividade exclusiva e única dessas entidades.
- b) Não será necessário constituir uma entidade separada, já que a Seguradora opera exclusivamente com seguro de vida.

- c) Será necessário constituir uma entidade fechada de previdência complementar já que, nos termos da Lei Complementar 109/2001 a instituição e operação de planos de benefícios de caráter previdenciário é atividade exclusiva de entidades fechadas de previdência complementar.
- d) Será necessário constituir uma entidade separada na forma de sociedade civil.

50. O CNSP estabeleceu um modelo de requerimento de capital cujo princípio básico é o de estabelecer valores mínimos de capital, cujo objetivo é a cobertura de certos fatores de risco que ameaçam ou podem causar perdas as sociedades que compõem o Sistema Nacional de Seguros Privados. A Resolução CNSP n.º 227/2010 identifica esses fatores de risco, e diversos normativos complementares estabelecem parâmetros para a determinação dos valores que as sociedades devem aportar ao capital para a cobertura desses riscos.

Na tabela abaixo, a primeira coluna descreve situações que acarretaram perdas as entidades que fazem parte do Grupo Segurador Badluck S/A. Essas situações representam a materialização de riscos suportados pela entidade. Relacione as situações descritas na primeira coluna com os fatores de risco identificados na segunda coluna.

EVENTO	FATOR DE RISCO
I. A seguradora de danos do grupo Badluck contratou um resseguro com a Resseguradora Triple AAA S.A. para proteção de uma apólice de incêndio. Tendo ocorrido o sinistro, tentou recuperar a parcela da indenização paga ao seu segurado, mas tomou conhecimento que a Resseguradora Triple AAA teve a sua liquidação decretada.	() Risco legal
II. Os assessores financeiros da empresa de capitalização do grupo Badluck apostaram que a inflação iria cair por um longo período de tempo e recomendaram que ela aplicasse uma parcela de seus investimentos em títulos préfixados de médio prazo. Ocorre que a inflação vem subindo e as taxas de rendimento dos papéis, os quais são marcados a mercado na contabilidade, não cobrem sequer a inflação apurada. O mercado só compra os papéis com elevados deságios.	() Risco de subscrição
III. O pessoal da diretoria de seguro de autos fechou uma interessante parceria com a distribuidora exclusiva de uma montadora javanesa. Tratava-se de um novo modelo que fez grande sucesso quando de seu lançamento. O modelo, no entanto, apresentou defeito no sistema de frenagem e houve um grande número de sinistros. Os prêmios foram determinados com base na sinistralidade média do mercado e a apólice não previa exclusão de defeitos de fabricação. A montadora javanesa faliu em seu país de origem e a distribuidora encerrou suas operações.	() Risco de crédito

<p>IV. O Grupo decidiu construir um grande edifício na periferia da cidade para abrigar a sede das organizações Badluck. O prédio foi inaugurado no final do ano passado, mas as autoridades municipais ainda não concederam o Habite-se e suspeitam que o terreno sobre o qual o edifício foi erguido serviu de aterro sanitário no passado.</p>	<p>() Risco operacional</p>
<p>V. A ouvidoria do Grupo Badluck tem recebido um grande número de queixas de segurados, que não vêm recebendo as apólices dos seguros que contrataram e alegam ter pago o prêmio antecipadamente na sede da sucursal de Churumim da Serra. As propostas são, usualmente, recebidas pela sucursal e enviadas por malote para a matriz. As propostas não são numeradas nem registradas pela sucursal. Cada sucursal mantém conta corrente bancária individual e tem sua própria tesouraria, que faz os recebimentos e pagamentos da sucursal.</p>	<p>() Risco de mercado</p>

A sequência CORRETA é:

- a) III, V, II, I, IV.
- b) V, III, IV, I, II.
- c) I, II, III, IV, V.
- d) IV, III, I, V, II.

QUESTÕES DISSERTATIVAS

51. Frequentemente os auditores atuantes no mercado segurador são requeridos a executar trabalhos de asseguarção, inclusive por normas emitidas por entidades reguladoras (tal como a SUSEP). A Resolução CFC n.º 1202, de 27/11/2009, aprovou a NBC TA “Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguarção”. Um dos elementos do trabalho de asseguarção é aquele que a mencionada NBC TA denomina de “relacionamento entre três partes”. Identifique quais são essas três partes e discorra sobre as atribuições de cada uma no contexto da execução de um trabalho de asseguarção.
52. A Seguradora ProInsurance terceiriza parcela significativa de seus processos operacionais e contábeis com a Reprocess, uma prestadora de serviços. O auditor independente da Seguradora ProInsurance está planejando seus procedimentos de auditoria, considerando as orientações da NBC TA 402 “CONSIDERAÇÕES DE AUDITORIA PARA A ENTIDADE QUE UTILIZA UMA ORGANIZAÇÃO PRESTADORA DE SERVIÇOS”. O item 12 da NBC TA 402 estabelece que, “se o auditor da usuária não conseguir obter um entendimento suficiente da estrutura usuária, ele pode obter esse entendimento por meio da obtenção do “Relatório Tipo 1” ou do “Relatório Tipo 2”, caso esteja disponível”. Esses relatórios tratam dos controles em uma organização prestadora de serviços. Discorra sobre a natureza e conteúdo desses relatórios indicando a principal diferença entre eles.

Esta página não deverá ser destacada
RASCUNHO

RASCUNHO DO GABARITO

ESTA PÁGINA NÃO PODERÁ SER DESTACADA

	A	B	C	D
01	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
05	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
06	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
07	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
08	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
09	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	A	B	C	D
26	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
27	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
28	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
29	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
30	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
31	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
32	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
33	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
34	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
35	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
36	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
37	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
38	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
39	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
40	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
41	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
42	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
43	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
44	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
45	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
46	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
47	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
48	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
49	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
50	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

